



A AMAZÔNIA SE DEFENDE DESDE SEUS POVOS E TERRITÓRIOS

Essa foi a tônica que marcou o **XII FOSPA** (Fórum Social Pan-Amazônico), realizado em Puyo, Equador, de 16 a 21 de agosto.

Autores: Sara Pereira, Maria Emília Pacheco, João Gomes, Samis Vieira, Yuri Rodrigues, Lourenço Lima, Jaqueline Santos

SETEMBRO DE 2026



Delegações dos oito países Pan-amazônicos mais a Guiana Francesa (departamento ultramarino da França que luta por sua autonomia), representantes de coletivos de juventudes, mulheres e movimentos sociais urbanos, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agricultores familiares, cientistas e diversas outras organizações da sociedade civil, debateram os problemas decorrentes do modelo desenvolvimentista imposto sobre a Pan-Amazônia e as inúmeras violações de direitos que recaem sobre os territórios e seus povos. Também compartilharam visões de mundo e modos de vida que contribuem secularmente para manter a sociobiodiversidade e a nossa casa comum, a mãe terra, a **Pachamama** na denominação dos povos Quechua.

Além do Brasil, Peru, Colômbia, Bolívia, Venezuela, Equador, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, participantes de 23 países se somaram como apoiadores e também contribuíram com os debates do XII FOSPA. Os diálogos foram organizados em 4 casas temáticas, quais sejam: Territórios Livres de Extrativismo por uma Amazônia com Direitos; Soberania e Livre Determinação dos Povos Indígenas e Nacionalidades; Economias para a Vida e Justiça Climática; Resistência das Mulheres e das Diversidades.

Na Casa das Economias para a Vida e Justiça Climática, o grupo da Iniciativa sobre Soberania Alimentar e Agroecologia, apresentou a experiência das 12 Zonas de Agrobiodiversidade no Peru, com os comitês de comunais ambientais e a conservação das sementes, acompanhadas pela organização não governamental Fovida. As experiências brasileiras acompanhadas pela FASE sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, Caderneta Agroecológica e Programa Nacional de Alimentação Escolar, foram apresentadas por uma agricultora e um agricultor do Pará, ressaltando a importância do compromisso e responsabilidade governo com políticas públicas que asseguram o Direito à Alimentação de qualidade e saudável.



3º TRIBUNAL REGIONAL DOS DIREITOS DA NATUREZA: APRENDIZADOS QUE FORTALECEM AS LUTAS NA PAN-AMAZÔNIA

As discussões sobre os Direitos da Natureza entraram definitivamente no campo da disputa política na Pan-Amazônia. Mais do que uma perspectiva jurídica, o debate revelou a necessidade de questionar as formas pelas quais os territórios vêm sendo apropriados, fragmentados e transformados em áreas de interesse para grandes projetos econômicos.

O 3º Tribunal Regional dos Direitos da Natureza foi um dos espaços centrais dessa reflexão. Reunindo casos do Equador, Peru, Colômbia, Venezuela, Brasil e Bolívia, o Tribunal evidenciou que os conflitos existentes na Pan-Amazônia, embora tenham diferentes sujeitos, projetos e contextos, guardam uma lógica comum que é a expansão de atividades extrativas sobre territórios onde vivem povos e comunidades que historicamente constroem relações de cuidado, pertencimento e reprodução da vida.

Os relatos apresentados evidenciaram a recorrência de processos de exploração sem consulta prévia, livre e informada, a fragmentação dos territórios segundo os interesses dos grandes empreendimentos e a criminalização e perseguição de defensoras e defensores dos territórios. Ao colocar essas experiências em diálogo, o Tribunal permitiu compreender que os conflitos amazônicos não podem ser analisados apenas a partir de suas fronteiras nacionais ou de cada empreendimento isoladamente. Existe uma dinâmica regional de apropriação da Amazônia que articula diferentes setores econômicos e atravessa os territórios.

Essa dimensão pan-amazônica também amplia a compreensão sobre o que significa proteger a Amazônia. Não se trata de pensar os territórios como partes isoladas, mas de reconhecê-los como integrantes de um grande ecossistema interdependente, no qual rios, florestas, povos, comunidades e diferentes formas de vida estão profundamente conectados. As fronteiras políticas dos países não correspondem às fronteiras da natureza. O que acontece em um território produz consequências sobre outros e, por isso, a proteção da Amazônia precisa ser pensada de forma integral, articulada e para além das divisões político-administrativas.

Nesse sentido, os Direitos da Natureza apresentam uma possibilidade de deslocamento importante, não se trata apenas de defender a natureza para garantir a sobrevivência humana, mas de reconhecer a natureza como sujeito de direitos e romper com uma visão que a reduz a recurso, mercadoria ou estoque disponível para exploração. Essa perspectiva permite fortalecer uma noção de proteção integral, na qual a defesa de cada território se articula à defesa da Amazônia como um todo.

O veredicto do Tribunal reconheceu a Amazônia como sujeito integral e titular de direitos e zona de exclusão total de combustíveis fósseis. As conclusões também passaram a integrar o Mandato Puyuk 2026, com uma declaração de emergência para a Amazônia, e um chamado à construção de uma causa judicial em escala de toda a bacia. A sentença do tribunal será enviada aos governos dos países pan-amazônica, bem como à Corte Internacional de Direitos Humanos.



RIO ARAPIUNS COMO SUJEITO DE DIREITOS - UMA LUTA PAN-AMAZÔNICA

O caso do Rio Arapiuns, em Santarém, estado do Pará, cuja luta protagonizada pelo Coletivo de jovens Guardiões do Bem Viver reivindica, através de lei, o reconhecimento do rio como sujeito de direitos, também esteve no centro dos debates do XII FOSPA. A atividade autogestionada “Direitos da Natureza na Pan-Amazônia: Conectando Territórios, Saberes e Resistências”, realizada conjuntamente pela FASE Amazônia e pelo Coletivo Guardiões do Bem Viver possibilitou colocar em diálogo diferentes experiências e realidades da Pan-Amazônia, criando uma troca que foi além da apresentação de iniciativas, permitiu reconhecer diferentes formas de resistência, organização e defesa dos territórios e identificar desafios que atravessam distintas regiões da Amazônia.

A atividade também teve um significado político particular ao levar o movimento Arapiuns Rio de Direitos para um espaço de articulação pan-amazônica. Inserir essa experiência no FOSPA significou afirmar que as lutas construídas nos territórios da Amazônia brasileira não são experiências locais isoladas, mas fazem parte de uma agenda mais ampla de defesa dos rios, dos territórios e dos direitos da natureza. Ao mesmo tempo, colocar essa experiência em diálogo com outras iniciativas permitiu produzir intercâmbios, reconhecer convergências e abrir novos horizontes para a própria atuação territorial.

Essa construção aponta para a necessidade de ampliar as alianças entre os territórios e fortalecer uma agenda política comum de defesa da Amazônia. Os diferentes povos e comunidades que enfrentam a mineração, o petróleo, o agronegócio, as grandes obras de infraestrutura e outras formas de exploração não estão diante de problemas desconectados. São expressões de um mesmo modelo de desenvolvimento que avança sobre os territórios e sobre as condições que sustentam a vida.



A CABEÇA PENSA A PARTIR DE ONDE OS PÉS PISAM: AS REALIDADES DO EQUADOR

Antes de iniciarem as discussões nas casas temáticas, os/as participantes do XII FOSPA foram divididos em grupos para conhecerem realidades de comunidades equatorianas que enfrentam inúmeras violações de direitos pela expansão da mineração, pela poluição dos rios, pela exploração de petróleo. Mas, também foram visitadas iniciativas de resistências

A visita aos "territórios afetados pela mineração" mostrou-nos a contaminação das águas por mercúrio e do solo na produção dos alimentos na Província de Napo, na comunidade Capirona dos povos Quechua. A instalação de caixas d'água com o apoio de projetos da cooperação internacional, busca atenuar o problema. Mas a venda dos alimentos produzidos encontra resistência dos consumidores (as) na feira da capital Tena por entenderem que estão contaminados. Em outro contexto, na comunidade chamada Serena, na mesma província, há uma histórica resistência das mulheres contra a presença das mineradoras. Um ritual frequentemente realizado no espaço sagrado para a tomada das decisões da comunidade, termina com o grito: Força! Força! Guarda Guarda!, para chamar atenção para a luta contra as mineradoras..

Na visita ao Rio Puyo, na província de Pastaza, conhecemos a luta das comunidades e da cidade de Puyo para recuperar o rio que está bastante poluído, o que impõe sérios problemas às comunidades que não conseguem mais utilizar a água para suas atividades cotidianas, nem tampouco tem segurança para se alimentar dos peixes que o rio produz. Essa problemática mobilizou a população a reagir e encampar a luta por proteção legal ao rio Puyo buscando seu reconhecimento formal como sujeito de direitos.



A visita de campo “Rota Amazônica de Esperança e Restauração” permitiu ampliar e compreender sobre os processos de conservação ambiental, restauração ecológica e valorização dos territórios amazônicos, trazendo reflexões sobre as estratégias de resistência das comunidades e povos tradicionais, bem como a importância da soberania, segurança alimentar e nutricional. Na perspectiva que os territórios podem ser pensados de forma integrada, valorizando os bens comuns, os conhecimentos tradicionais e a produção de alimentos.

O FUTURO SE CONSTRÓI COM O LEVANTE DA PAN-AMAZÔNIA

Em um contexto geopolítico marcado pelo avanço de governos de direita e extrema direita, militarização dos territórios e pela expansão do modelo econômico centrado na exploração predatória da natureza, a Pan-Amazônia se levanta, se alia desde as bases e marcha anunciando que o futuro se faz hoje enfrentando as crises ecológica, alimentar, econômica e política que colocam o mundo em uma encruzilhada civilizatória.

As respostas ao cenário de eventos climáticos extremos como incêndios, secas, e enchentes que atingem mais profundamente as populações já vulnerabilizadas pelas desigualdades sociais e econômicas, não podem vir do mercado. As saídas para o futuro estão no saber ancestral que faz da Amazônia o bioma mais importante para o equilíbrio ambiental do planeta. Estão na garantia dos direitos à terra e ao território, na implantação e no fortalecimento de sistemas alimentares agroecológicos que promovem a soberania e segurança alimentar e nutricional, na salvaguarda dos direitos das meninas e mulheres, na valorização da juventude como sujeito político, na imposição de limites à economia extrativista e no reconhecimento dos direitos da natureza como elemento fundamental da reprodução dos modos de vida dos povos amazônidas.



Essa foi a mensagem presente durante toda a programação e na marcha de encerramento do XII FOSPA que caminhou pelas ruas de Puyo, no Equador, com faixas, cartazes, muito batuque, música e animação anunciando que a Amazônia segue viva pela força e resistência de seus povos.

NÃO HÁ JUSTIÇA CLIMÁTICA SEM MULHERES!

As mulheres tiveram papel central no XII FOSPA, realizado em Puyo, no Equador, ao reafirmarem que a defesa da Amazônia passa, necessariamente, pelo reconhecimento de seus corpos, territórios, conhecimentos e formas de organização. Indígenas, afrodescendentes, agricultoras, rurais, urbanas, feministas e mulheres de diferentes identidades e territórios da Pan-Amazônia ocuparam a **“Casa da Resistência das Mulheres e Diversidades”** como espaço de articulação política, denúncia e construção de propostas. A participação evidenciou que as mulheres não são apenas atingidas pelo avanço do extrativismo, pela crise climática, pelo racismo e pelas diferentes formas de violência, mas são protagonistas na defesa dos territórios, na produção de alimentos, na manutenção dos modos de vida e dos saberes ancestrais e na construção de alternativas para a Amazônia.

A carta construída durante o encontro aponta para a necessidade de fortalecer uma democracia igualitária, intercultural, plurinacional, antirracista, antiextrativista e anticolonial, assegurando a participação efetiva das mulheres nas decisões sobre seus corpos e territórios. Entre os principais encaminhamentos estão o enfrentamento à violência sexual e ao machismo, o reconhecimento e a valorização do trabalho de cuidado e dos conhecimentos ancestrais, a ampliação da participação política das mulheres e o fortalecimento das articulações entre organizações da Pan-Amazônia.



O documento também propõe ações concretas até o próximo FOSPA, como a continuidade da Casa da Resistência, a realização do Tribunal de Justiça das Mulheres, campanhas de enfrentamento à violência sexual, encontros de saúde mental comunitária e intercâmbios sobre práticas ancestrais em saúde, reafirmando que não haverá justiça ambiental, climática e social sem a participação plena das mulheres e o reconhecimento de seus direitos.

SE TEM RACISMO NÃO HÁ JUSTIÇA CLIMÁTICA!

Negras, negros, afrodescendentes e quilombolas são parte histórica da formação e da vida da Amazônia. Presentes em diferentes países e territórios da Pan-Amazônia, esses povos construíram, ao longo de gerações, modos de vida, conhecimentos e práticas profundamente relacionados às florestas, aos rios e à biodiversidade. São comunidades que produzem alimentos, manejam os territórios e preservam conhecimentos transmitidos entre gerações, contribuindo para a permanência da floresta e para a defesa da vida. Reconhecer essa presença significa também superar a invisibilidade histórica das populações negras nas narrativas sobre a Amazônia e reconhecer seus sistemas de conhecimento como fundamentais para sua proteção e conservação.

A partir dessa reivindicação por reconhecimento e poder político que representantes afrodescendentes da Colômbia, Equador, Brasil, Guiana Francesa e Suriname, reunidos no XII Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA), em Puyo, construíram a Declaração do Povo Afrodescendente.



O documento registra a necessidade de ampliar a visibilidade e a participação desses povos nos espaços de incidência política e de construção das políticas públicas. Diante do avanço das indústrias extrativistas, dos mercados de carbono, dos créditos de biodiversidade e dos fundos climáticos sobre os territórios, a Carta afirma que não basta a presença simbólica dos povos afrodescendentes: é necessário garantir poder efetivo para governar e decidir sobre seus territórios, acesso direto aos recursos, soberania sobre suas próprias informações e participação política efetiva.

Entre as principais reivindicações apresentadas estão a defesa e a titulação dos territórios coletivos e ancestrais; a garantia da consulta e do Consentimento Livre, Prévio e Informado; o financiamento climático direto e transparente para organizações e autoridades negras; a proteção dos conhecimentos ancestrais; e a participação efetiva de mulheres e juventudes nos espaços de decisão. A Carta também reivindica ao FOSPA a criação de uma instância permanente de articulação afrodescendente em sua governança, um mecanismo pan-amazônico de monitoramento e alerta e a realização de um Pré-FOSPA Afrodescendente. O objetivo é fortalecer uma agenda política construída desde os territórios e chegar aos próximos processos de articulação pan-amazônica com maior protagonismo, tendo como princípios a **autonomia sem isolamento, a solidariedade sem subordinação e a unidade sem apagar as diferenças**.







CAMINHANDO PARA O PRÓXIMO FOSPA

O aprendizado produzido no XII FOSPA aponta para a importância de fortalecer uma perspectiva em que defender os Direitos da Natureza é também defender os direitos dos povos, a autonomia territorial e as diferentes formas de existência que fazem da Amazônia um território vivo. A proteção integral da Amazônia exige que as lutas territoriais sejam reconhecidas como parte de uma mesma luta pela defesa de um grande ecossistema e das múltiplas formas de vida que o constituem e que os próprios territórios sejam reconhecidos como sujeitos fundamentais na construção desse horizonte.

Além disso, o FOSPA Equador representou um avanço político metodológico com a proposta de Casas Temáticas que agrupam eixos e convidam a um diálogo mais articulado sobre denúncias e propostas; as visitas de campo pré-fospa, que favoreceram a imersão nos territórios e o diálogo sobre as experiências de re-existência; a elaboração de planos de ação das várias Casas, além da Declaração Política. Houve ainda importante definição política de incluir de forma mais nítida a questão dos povos afrodescendentes e do campesinato, além dos povos indígenas, como sujeitos de direitos com suas especificidades.

A convocação para o XIII Fospa em Mocoa, na Colômbia, em 2028, traz uma inovação. Foi reforçada a perspectiva de um Fospa Amazônico - Andino. Os caminhos dos rios mostram a relação entre a defesa dos direitos da natureza e dos direitos dos povos que aí habitam e fazem o enlace entre os países. O Rio Apurímac, que nasce nos Andes do Peru, é o marco inicial da água que forma o Amazonas. O Rio Ucayali, formado pela união de rios andinos e peruanos, junta-se ao Marañón para formar o próprio Amazonas; o Rio Madeira, o maior afluente do Amazonas, cujos principais formadores (como o Beni e o Madre de nasce nos Andes do Equador, deságua no tronco principal do rio Amazonas. **O FOSPA segue consolidado como espaço de convergência e fortalecimento das lutas dos povos da Pan-Amazônia.**

AUTORAS E AUTORES

Sara Pereira é mestra em Ciências da Sociedade, educadora popular, Coordenadora da FASE Amazônia.

Maria Emília Pacheco é antropóloga, assessora do Núcleo de Políticas e Alternativas da FASE, integrante da coordenação nacional da ANA e do FBSSAN, ex-presidente e primeira mulher a presidir o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional).

João Gomes, sociólogo e educador popular da FASE Amazônia.

Samis Vieira, técnico agroflorestal, educador popular da FASE Amazônia.

Yuri Rodrigues é gestor de políticas públicas, pesquisador e educador popular da Fase Amazônia.

Lourenço Bezerra Lima, agrônomo e educador popular da Fase Amazônia.

Jaqueline Felipe, agrônoma e educadora popular na FASE Amazônia.